Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica **Class.:** Ticuna 588

Data: 05/05/94 **Pg.:**

Acusados por massacre recorrem ao STJ

O advogado contratado pelos acusados afirma que a juíza do município de Tefé teve medo de presidir o júri; ele garante que a cidade é segura

CIDADE

O advogado dos 13 acusados de terem assassinado quatro índios e ferido 19, no episódio conhecido como "Massacre do Capacete", Gedeon Rocha Lima, disse ontem que apelará ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília, pela manutenção do julgamento do caso na Comarca de Tefé. Lima afirmou que a mudança do julgamento para Manaus foi uma precipitação da juíza da 1ª Vara de Direito de Tefé, Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro.

Para ele, a juíza se insurgiu contra a realidade do município que, na sua opinião, pode abrigar um julgamento desse porte. "Acredito que a juíza teve medo ou, talvez, não estivesse preparada para fazer o julgamento. De qualquer maneira, isso foi um desrespeito para com os tefeenses", disse o advogado.

Gedeon Lima destacou que no pedido de desaforamento do julgamento, a juíza Cleonice Trigueiro alegou que Tefé não dispõe de infra-estrutura material, técnico-jurídico e não oferece segurança para que os acusados no "Massacre do Capacete" sejam julgados.

O advogado argumentou que o município possui a 16° Brigada Militar, transferida de Santo Ângelo, do Rio Grande do Sul, para lá e que é um local seguro. "Tefé é considerada o coração da Amazônia Legal. São 4.500 homens que podem garantir a segurança do julgamento. Além disso o 3° Batalhão de Polícia Militar de Tefé não é mais comandado pelo primo de Oscar Almeida Castelo Branco. Não há motivo para transferir o julgamento para Manaus", garantiu Lima, acrescentando que isso tudo pode ter sido resultado de pressão ao Tribunal de Justiça do Amazonas por entidades que defendem os indígenas, inclusive organismos internacionais.

Indignação — Gedeon Lima afirma que os brasileiros protegem os índios em demasia e despreza os direitos dos ribeirinhos, que, segundo ele, garantem a segurança da fronteira brasileira. "Os 13 posseiros agiram em legítima defesa de posse. Merecem um julgamento justo. Tefé pode oferecer esse julgamento porque dispõe de Fórum de Justiça bem estruturado, duas Varas com promotores e juízes, dois promotores de Justiça e uma Junta de Conciliação e Julgamento. Tefé é uma das sociedades mais evoluídas do interior do Amazonas. Não vejo porque transferir o julgamento de lá para Manaus", afirmou Gedeon Lima.

13

pessoas são acusadas de assassinar quatro índios tikunas, no alto Solimões

Quanto à denúncia de fuga dos 12 posseiros acusados de terem participado do massacre, o advogado garantiu que isso não passa de boato. Ele assegura que todos residem nas proximidades do igarapé do Capacete, na localidade Terezina II. "Ninguém fugiu para a Colômbia ou Peru. Tudo isso não passa de mentira. Eles não são criminosos. Agiram em legítima defesa e, inclusive se apresentaram à polícia quando foram decretadas as suas prisões preventivas. Não há motivo para fuga", concluiu Lima.

A juíza do 1ª Vara de Direito de Tefé, Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro, não foi localizada pela reportagem de A CRÍTICA. Conforme informações pretadas por moradores de Tefé, a juíza está há três meses de férias e se encontra fora do município.

AC

O advogado Gedeon Rocha promete recorrer da decisão do Tribunal de Justiça do Amazonas

Entidades indígenas garantem empenho

Os dirigentes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi-Norte I), Conselho Geral da Tribo Tikuna (CGTT) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) sustentaram ontem que estão empenhados no julgamento e condenação dos acusados pela assassinato de quatro índios tikunas. No episódio, que ficou conhecida como "Massacre do Capacete", também foram feridos 19 índios e mais dez foram considerados desaparecidos.

Por informações obtidas por membros das duas entidades, dos 13 envolvidos e reconhecidos pelos indígenas como participantes do massacre, apenas o madeireiro Oscar Almeida Castelo Branco, 73 anos, está no Amazonas. A CRÍTICA obteve ontem a informação de que Castelo Branco estava ontem na sua propriedade particular do município de Santo Antônio do Içá. Os demais teriam saíram do Brasil e se refugiaram na Colômbia.

A morosidade da Justiça é apontada como o motivo principal da fuga dos envolvidos no "Massacre do Capacete", ocorrido em 1988 no município de Benjamin Constant, na fronteira com a Colômbia. As entidades indígenas e não governamentais lutam para que os culpados sejam julgados com imparcialidade. Iniciaram um movimento para transferir o local do julgamento da Comarca de Benjamin Constant para Manaus, o que só foi conseguido na última sexta-feira. Mesmo assim os representantes do Cimi e da Coiab não acreditam que o julgamento ocorra ainda este ano.

Para a assessora jurídica do Cimi, Judite Moreira, a morosidade da Justiça se agravou por causa da discriminação contra o índio. Ela cita, por exemplo, que a mudança do julgamento de Tefé para Manaus só foi possível por causa da pressão feita pelas entidades que lutam em defesa dos indígenas.

O coordenador de Saúde e Educação da Coiab, tikuna Pedro Mendes Gabriel, não acredita que seja possível trazer os envolvidos no "Massacre do Capacete" da Colômbia para serem julgados no Brasil. "A justiça deu tempo e oportunidade para os culpados fugirem. Agora queremos ver como vai ficar essa situação. Se for preciso entraremos com outro recurso solicitando que a questão fique sob a responsabilidade da Justiça Federal. Não podemos deixar que esses criminosos fiquem impunes. Afinal de contas eles mataram pessoas inocentes, inclusive velhos e crianças", desabafou Pedro Gabriel, acrescentando que a luta para garantir que os envolvidos no massacre sejam julgados vai continuar.

Conflito é pela posse de terras

A comunidade de São Leopoldo, em Benjamin Constant, que abriga quatro comunidades tikunas e cerca de 600 indígenas, ainda sofre com o conflito entre índios e brancos por causa da cobiça pela terra, caça e pesca. Cerca de 25 mil hectares de terra já foram demarcados como área indígena pelo governo federal, no entanto o clima continua tenso naquelas comunidades. Quem afirma é o tikuna Pedro Mendes Gabriel, coordenador de Saúde e Educação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) que há anos luta para ver os culpados pelo Massacre do Capacete julgados e condenados pelo crime que cometeram em 1988. Ele revela que no alto Solimões vivem cerca de 25 mil tikunas, divididos em 106 comunidades.

Pedro Gabriel cita que a morosidade da Justiça pode deixar impune quase todos os envolvidos no massacre, uma vez que eles deixaram o Brasil para viver na Colômbia, que faz fronteira com o município de Benjamin Constant. "Como o procurador geral da República, Sepúlveda Pertence, disse através dos meios de comunicação que o Massacre do Capacete poderia ser considerado um "genocídio" e, portanto, de responsabilidade da Justiça Federal, nós entramos com um pedido de desaforamento para que fosse julgado pela Justiça Federal. Não obtivemos êxito", esclareceu.

O coordenador da Coiab disse que a partir daí a entidade iniciou uma luta para tranfereir o julgamento de Benjamin Constant para Manaus, uma vez que o júri de lá era composto por amigos de Oscar Almeida Castelo Branco, considerado o mandante do massacre. "Apesar de termos conseguido transferir o julgamento para a Comarca de Manaus, não acredito que ele irá se realizar ainda este ano", afirmou Gabriel.